

1. Introdução

A presente declaração de privacidade explica de que modo a Comissão Europeia garante a proteção de dados pessoais em caso de consulta dos cidadãos e das partes interessadas no processo de decisão política e legislativa.

Aqui se especifica:

- como são recolhidos os dados
- como é assegurada a proteção de todos os dados pessoais
- como as informações são utilizadas
- que direitos pode exercer em relação aos seus dados (o direito de aceder, retificar, bloquear)

2. Âmbito

A presente declaração é aplicável aos vários mecanismos de consulta e resposta que a Comissão oferece aos cidadãos e às partes interessadas, a fim de lhes permitir exprimir os seus pontos de vista sobre a legislação e as políticas da UE nas diferentes fases do ciclo decisório. Estes mecanismos estão acessíveis através do sítio Web Europa da Comissão «Contribuir para o processo legislativo da UE».

3. Porque tratamos os seus dados pessoais?

O objetivo dos diversos mecanismos de consulta e resposta é obter os pontos de vista e os testemunhos de cidadãos e partes interessadas e utilizar essas contribuições para fundamentar a legislação e as políticas da UE. Por razões de transparência, em que a Comissão está plenamente empenhada, as respostas recebidas serão publicadas nas páginas específicas do sítio Web Europa da Comissão.

4. Que dados recolhemos e como?

Recolhemos e tratamos os dados pessoais que são necessários para participar numa consulta específica ou para enviar uma contribuição, tais como nome, apelido, profissão, país de residência e endereço eletrónico. O tratamento dos dados pessoais associados à organização dos mecanismos de consulta e resposta é indispensável para que a Comissão exerça as competências que lhe são conferidas pelos Tratados, nomeadamente pelos artigos 5.º e 13.º do TUE e 244.º a 250.º do TFUE, em conformidade com os artigos 1.º e 11.º do TUE.

5. Como protegemos os seus dados pessoais?

Todos os dados em formato eletrónico (mensagens eletrónicas, documentos, lotes de dados carregados, etc.) são armazenados nos servidores da Comissão Europeia ou nos dos seus contratantes. Estes são geridos de acordo com as regras de segurança da Comissão Europeia para este tipo de servidores e serviços, tal como estabelecidas pela Direção de Segurança da Direção-Geral dos Recursos Humanos e da Segurança.

O autor da resposta pode solicitar expressamente a não divulgação dos seus dados pessoais.

É aplicável o Regulamento (CE) n.º 45/2001 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos comunitários e à livre circulação desses dados.

6. Como são tratados os seus dados e a quem podem ser divulgados?

A não ser que tenha optado pela publicação «anónima» da sua resposta, o seu nome e país de residência e, se for caso disso, a organização ou empresa em cujo nome está a responder, serão publicados no sítio Web Europa da Comissão juntamente com a sua contribuição.

O acesso à base de dados pessoais é facultado a pessoal autorizado segundo o princípio da «necessidade de conhecer». O pessoal está obrigado a respeitar os acordos de confidencialidade estatutários e, se necessário, acordos suplementares.

As respostas e os seus dados pessoais enviados através da ferramenta de resposta «*Lighten the Load — Have Your Say*» podem ser transmitidos aos membros da plataforma REFIT. A plataforma visa estabelecer um diálogo permanente com os Estados-Membros e as partes interessadas sobre a melhoria da legislação da UE e faz parte do programa da Comissão para a adequação e a eficácia da regulamentação.

7. O que acontece se é solicitado o acesso do público à sua resposta (incluindo os seus dados pessoais) nos termos do Regulamento n.º 1049/2001?

As respostas, incluindo os dados pessoais fornecidos, podem ser objeto de um pedido de acesso aos documentos, ao abrigo do disposto no Regulamento (CE) n.º 1049/2001 relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão. Tais pedidos estão sujeitos a uma análise caso a caso, a fim de determinar se se aplicam as exceções previstas no artigo 4.º do regulamento. Esta determinação tem em conta os legítimos interesses do autor da resposta e as suas justificações para a não divulgação. Nos casos em que a divulgação da resposta em causa, ou de partes da mesma, possa pôr em causa a proteção de um dos interesses referidos no Regulamento n.º 1049/2001, tal como o interesse comercial de uma pessoa singular ou coletiva, as instituições recusam o acesso aos elementos pertinentes da resposta.

Estas disposições aplicam-se a todas as respostas e dados pessoais, incluindo aqueles relativamente aos quais o autor solicitou publicação anónima.

8. Como pode verificar, alterar ou apagar os seus dados pessoais?

Em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 45/2001, tem direito a aceder aos seus dados pessoais e a corrigi-los e/ou bloqueá-los caso estejam incorretos ou incompletos. Para exercer os seus direitos, contacte a Comissão através do responsável pelo tratamento dos dados, ou, em caso de conflito, o responsável pela proteção de dados e, se for caso disso, a Autoridade Europeia para a Proteção de Dados. Os dados de contacto são fornecidos infra (ver ponto 10).

9. Durante quanto tempo guardamos os seus dados pessoais?

Os dados pessoais permanecerão na base de dados até à análise completa dos resultados. As respostas serão tornadas anónimas após terem sido devidamente tratadas e, o mais tardar, cinco anos após o final da consulta ou do mecanismo de resposta para o qual tenham sido enviados.

10. Dados de contacto

Responsável pelo tratamento de dados: SG-CONSULTATION-DATA-CONTROLLER@ec.europa.eu

Responsável pela proteção de dados da Comissão: DATA-PROTECTION-OFFICER@ec.europa.eu.

Autoridade Europeia para a Proteção de Dados: edps@edps.europa.eu